

WALBER DE MOURA AGRA

Walber de Moura Agra

# Manual Prático de Direito Eleitoral

4ª EDIÇÃO

30  
anos

FORUM

## MANUAL PRÁTICO DE DIREITO ELEITORAL

4ª edição

### Área específica da obra

Direito Eleitoral

### Áreas afins do livro

Direito Público – Direito Constitucional – Direito  
Eleitoral

### Público-alvo/consumidores da obra

Para todos os operadores jurídicos que irão trabalhar  
nas Eleições

O objetivo deste *Manual Prático de Direito Eleitoral* é fornecer a todos os operadores jurídicos, que de alguma forma se interessam pela seara eleitoralista, elementos imprescindíveis para desvendar as suas fases, começando da estruturação dos órgãos da Justiça até os recursos eleitorais. Sem se descuidar do fornecimento de uma boa teoria, o enfoque ocorre baseando-se em casos práticos, com exemplos pululantes, para que os leitores saibam qual o posicionamento das instâncias eleitorais, principalmente do Tribunal Regional Eleitoral. Mesmo sabendo da importância da jurisprudência, não se parte de superdimensionamento dessa fonte do direito. Ao contrário, a gênese deve ser o estudo da teórica, que pode fornecer aos estudiosos uma visão sistêmica, para que, partindo-se das premissas básicas, possa-se demonstrar quando as decisões judiciais se originam de silogismos viciosos.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm  
CÓDIGO: 10003240

A277m	Agra, Walber de Moura
	Manual Prático de Direito Eleitoral / Walber de Moura Agra. - 4. ed. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 441 p. ; 14,5cm x 21,5cm.
	Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-343-6
	1. Direito Eleitoral. 2. Direito Público. 3. Direito Constitucional. I. Título.
2022-577	CDD 341.28 CDU 342.8

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AGRA, Walber de Moura. *Manual Prático de Direito Eleitoral*. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 441 p. ISBN 978-65-5518-343-6.

## Walber de Moura Agra

Mestre pela UFPE. Doutor pela UFPE e pela *Università deli Studi di Firenze*. Pós-Doutor pela *Université Montesquieu Bordeaux IV*. Livre-Docente pela USP. Professor da UFPE. Professor visitante da *Università degli Studi di Lecce*. Membro do Conselho Científico do Doutorado da Universidade de Lecce. *Visiting Research Scholar of Cardozo Law School*. Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais – IBEC IV. Membro correspondente do Cerdadri – *Centre d'Études et de Recherches sur les Droits Africains et sur le Développement Institutionnel des Pays em Développement*. Procurador do Estado de Pernambuco. Advogado. Ex-Vice Diretor da Escola Judiciária do Tribunal Superior Eleitoral. Ex-Membro da Comissão de Defesa da República e da Democracia do Conselho Federal da OAB.

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO 1

JUSTIÇA ELEITORAL .....	13
1.1 Órgãos da Justiça Eleitoral.....	13
1.2 Competências dos órgãos da Justiça Eleitoral .....	18
1.2.1 Competência do Tribunal Superior Eleitoral .....	18
1.2.2 Competência do Tribunal Regional Eleitoral.....	21
1.2.3 Competência dos Juízes Eleitorais.....	25
1.3 Funções da Justiça Eleitoral .....	27
1.4 Divisão territorial .....	32
1.5 Funcionamento da Justiça Eleitoral nas eleições municipais.....	33
1.5.1 Poder de polícia .....	34
1.5.2 Julgamento das ações e recursos .....	36
1.6 Ministério Público Eleitoral .....	38
1.7 Procurador-Geral Eleitoral, Procuradores Regionais Eleitorais e Promotor Eleitoral .....	40
1.7.1 Procurador-Geral Eleitoral.....	42
1.7.2 Procuradores Regionais Eleitorais.....	43
1.7.3 Promotor Eleitoral.....	45

## CAPÍTULO 2

ELEGIBILIDADE .....	47
2.1 Condições de elegibilidade.....	49
2.1.1 Nacionalidade brasileira .....	49
2.1.2 O pleno exercício dos direitos políticos .....	50
2.1.2.1 Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado .....	51
2.1.2.2 Incapacidade civil absoluta.....	52
2.1.2.3 Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos .....	54
2.1.2.4 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa .....	56
2.1.2.5 Improbidade administrativa, nos termos do art. 37, §4º .....	56
2.1.3 Alistamento eleitoral.....	60
2.1.4 Domicílio eleitoral na circunscrição .....	61
2.1.5 Filiação partidária .....	63
2.1.6 Idade mínima, dependendo do cargo a ser postulado .....	65
2.2 Causas de inelegibilidade .....	66
2.2.1 Inelegibilidades constitucionais.....	71
2.2.2 Inelegibilidades absolutas infraconstitucionais.....	79
2.2.3 Inelegibilidades relativas infraconstitucionais.....	86
2.2.4 Forma de contagem do prazo das inelegibilidades.....	91
2.2.5 Inelegibilidade superveniente e delimitação temporal para sua incidência .....	92
2.3 Requisitos de registrabilidade .....	96

## CAPÍTULO 3

PARTIDOS POLÍTICOS.....	105
3.1 Conceito de partido político .....	105
3.2 Criação de partidos políticos .....	106
3.3 Funcionamento dos partidos políticos .....	110
3.4 Regras específicas do período eleitoral.....	112
3.5 Princípios partidários .....	115
3.6 Da disciplina partidária.....	118
3.7 Fidelidade partidária .....	121
3.8 Aspectos processuais da ação de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária e da ação de justificação de desfiliação.....	130

## CAPÍTULO 4

FEDERAÇÕES DE PARTIDOS POLÍTICOS.....	135
---------------------------------------	-----

CAPÍTULO 5	
CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS.....	141
CAPÍTULO 6	
COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA.....	151
CAPÍTULO 7	
REGISTRO E AIRC (AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATO).....	157
7.1 Pedido de registro de candidatura.....	157
7.2 Unicidade de registro de candidatos.....	161
7.3 A situação jurídica das candidaturas coletivas.....	162
7.4 Procedimento do pedido de registro.....	166
7.5 Ação de impugnação de Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP).....	178
7.6 Impugnação a pedido de registro de candidatura.....	182
CAPÍTULO 8	
PROPAGANDA POLÍTICA.....	199
8.1 Espécies de propaganda política.....	200
8.1.1 Propaganda partidária.....	200
8.1.2 Propaganda intrapartidária.....	201
8.1.3 Propaganda institucional.....	206
8.1.4 Propaganda eleitoral.....	208
8.1.4.1 Propaganda eleitoral antecipada.....	212
8.1.4.2 Propaganda eleitoral irregular.....	227
8.2 Propaganda eleitoral no período legal.....	231
8.2.1 No rádio e na televisão.....	237
8.2.2 Na imprensa escrita.....	238
8.2.3 No horário eleitoral gratuito.....	239
8.2.4 Na internet.....	240
8.3 Horário da propaganda gratuita.....	244
8.4 Debates.....	246
8.5 Fiscalização da propaganda (Representação).....	250
8.6 Direito de resposta.....	258
CAPÍTULO 9	
PESQUISAS ELEITORAIS.....	267
9.1 Registro das pesquisas eleitorais.....	271
9.2 Divulgação dos resultados da pesquisa.....	272
9.3 Impugnações.....	274
9.4 Penalidades.....	275
CAPÍTULO 10	
FINANCIAMENTO E GASTOS DE CAMPANHA ELEITORAL.....	279
10.1 Financiamento de campanha eleitoral.....	279
10.1.1 Financiamento público.....	280
10.1.2 Financiamento privado.....	284
10.2 Gastos eleitorais.....	287
10.3 Prestação de contas.....	291
10.4 Da medida cautelar preparatória para cessar a realização de gastos antes da apresentação das contas à Justiça Eleitoral.....	296
CAPÍTULO 11	
IMPEDIMENTOS LEGAIS: ABUSO DE PODER, CONDUTAS VEDADAS E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA... 299	299
11.1 Abuso de poder.....	299
11.1.1 Abuso de poder econômico.....	300
11.1.2 Abuso de poder político.....	306
11.1.3 Abuso de poder por uso indevido dos veículos e dos meios de comunicação.....	309
11.1.4 Fraude à cota de gênero de candidaturas femininas (art. 10, §3º, da Lei nº 9.504/1997).....	313
11.1.5 Captação ilícita de sufrágio.....	319
11.1.6 Ilícitude de gastos e arrecadação de recursos.....	322
11.1.7 Corrupção e caixa dois.....	326

11.1.8	Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais .....	329
11.1.8.1	Tipos de condutas vedadas de forma genérica.....	333
11.1.8.2	Proibição de contratação ou demissão .....	339
11.1.8.3	Tipos de condutas vedadas em período eleitoral.....	342
11.1.8.4	Sanções legais.....	348
11.2	Improbidade administrativa.....	350

## CAPÍTULO 12

AÇÕES ELEITORAIS .....	357	
12.1	Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE).....	361
12.1.1	Causas.....	365
12.1.2	Procedimento .....	371
12.1.3	Rito prático da AIJE .....	374
12.2	Ação de impugnação de mandato eletivo .....	375
12.2.1	Procedimento .....	379
12.2.2	Rito prático da AIME .....	382
12.3	Mandado de segurança, <i>habeas data</i> e mandado de injunção.....	382
12.4	<i>Habeas corpus</i> .....	388
12.5	Tutelas provisórias no processo eleitoral.....	392
12.6	Ação rescisória.....	394

## CAPÍTULO 13

RECURSOS .....	399	
13.1	Recurso eleitoral inominado.....	405
13.1.1	Procedimento .....	408
13.2	Recurso ordinário .....	410
13.3	Recurso contra expedição de diploma (RCED).....	415
13.3.1	Cabimento .....	417
13.3.2	Rito .....	420
13.4	Recurso especial .....	422
13.5	Recurso extraordinário .....	425
13.6	Agravo de instrumento .....	427
13.7	Agravo (da decisão que denega subida de recurso especial ou recurso extraordinário).....	428
13.8	Agravo interno.....	430
13.9	Embargos de declaração.....	430

REFERÊNCIAS.....	435
------------------	-----